

A organização contemporânea do processo de trabalho docente: Impactos para a saúde e reflexões na atualidade do ensino superior privado

LÚCIA MARIA ALMENDRA CORREIA LIMA, MSc.

Resumo

O presente artigo caracteriza-se pela intenção de evidenciar criticamente um pouco do que se passa e se pode observar no contexto educacional contemporâneo, ao focar-se um provável e deliberado processo de transformação da Educação em empreendimento lucrativo, por Instituições Privadas de Ensino Superior. Partindo da visão de que a atual organização do processo de trabalho docente encontra-se atrelada a complexidades macroambientais, intenciona ainda estimular a investigação e a compreensão dos seus impactos para a saúde dos professores e suscitar outras reflexões, em face da realidade/contemporaneidade do ensino superior privado.

Palavras-chave: Educação, ensino superior privado, organização do processo de trabalho docente, negócio educacional, saúde docente.

Abstract

The present article is characterized by the intention to critically evidence a little bit of what happens and what can be observed in the contemporary educational context, by focusing on a probable and deliberated transformation process of Education in a profitable business by Private Institutions of Higher Education. From a vision that the current organization of

the teaching work is tied to macro environment complexities, the article also intends to stimulate the investigation and the comprehension of its impacts to teachers' health and evoke other reflections, in face of reality/contemporaneity of the private higher education.

Key-words: Education, private higher education, organization of the teaching work, educational business, teaching's health.

Introdução

O mundo contemporâneo do trabalho tem se apresentado com um nível de complexidade facilmente perceptível, mas de retardada compreensão em profundidade, por uma grande parte das pessoas que trabalham e especialmente por parte daquelas que se responsabilizam pela gestão, por mais contraditório que isso possa aparentar em princípio. Caracterizado, no âmbito interno de muitas organizações, por reestruturações abruptas e contingentes, intencionais ou impostas, essa complexidade não deixa de fora a condição dos docentes, submetidos que estão às razões e aos efeitos do processo de transformação da Educação em empreendimento lucrativo, por Instituições Privadas de Ensino Superior e cada vez mais evidente e dominante no país. A abertura de um grande número de Escolas, Faculdades e cursos, desencadeou esse processo na década de 90, amparado pelas tendências neoliberais e pela consolidação da reestruturação capitalista naquele momento e desde então.

O esforço por um crescimento desenfreado e mais para satisfazer às pressões de mercado, agregar valor econômico aos acionistas investidores em Educação e / ou submeter-se a uma permanente luta por sobreviver neste meio, conduz aquelas Instituições a ações supostamente duvidosas para lidar com um agravante, naquele processo: a hipercompetição real ou imaginária - sempre mais acirrada entre algumas Escolas Privadas e constatada por casos de incorporações concretizadas e já conhecidas ou ainda em curso. Essa competição exacerbada e não uma coexistência parceira e saudável faz com que pareça que a necessidade por eficiência, redução de custos, expansão e agilidade, deixem sempre em segundo plano a qualidade do ensino, a atenção ao professor e o efetivo avanço para a pesquisa e construção científicas de conhecimento; esperando-se por uma

otimização estrutural e funcional que nunca acontece ou está sendo sempre reformatada para dificultar a compreensão de sua lógica, de modo deliberado ou não deliberado. Instituições educacionais que arvoram em desejar agir como empresas e crescerem, refletem essas características. Cabe, por outro lado, observar a existência de instituições de ensino superior, menores, focadas em suas ofertas de cursos e que parecem passar por um processo mais natural e gradual de crescimento, o que lhes atribui, em última análise, maior e melhor comprometimento com a qualidade de formação.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que há um discurso ecoado de vários lugares do mundo, que reconhece ser a Educação de qualidade, ser o conhecimento crítico / reflexivo e o “capital” intelectual das organizações em geral, pilares imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável das Sociedades e dos cidadãos do novo século e novo milênio; o processo de apropriação da Educação pelos seus novos investidores parece contribuir para o contraponto dessa consideração. Não é raro ouvir-se hoje, em alguns ambientes de Escolas Superiores Privadas, palavras como “empresa” e “negócio” para referir-se, ali dentro, à atividade-fim pretendida e praticada. Chega-se ao ponto de constatar o caso de uma instituição adquirida em Minas Gerais que tem como premissa implícita valorizar menos a avaliação externa viabilizada pelo MEC e valorizar bem mais a tentativa, a cada ano, de posicionar-se como “uma das melhores empresas para se trabalhar”, na pesquisa da revista Exame, tipicamente empresarial.

Com igual frequência, fala-se a cada semestre, da necessidade de “eficiência” e das Diretorias e Coordenações acadêmicas também alcançarem metas de redução de custos, o que se viabiliza muitas vezes, para dar alguns exemplos entre muitos: por uma drástica redução inicial do quadro de docentes;

pelas gradativas e constantes substituições posteriores de professores por iniciantes de carreira ou outros que aceitarão sem questionamentos o piso salarial da categoria; pela adoção de contratos temporários; pela redução gradativa de disciplinas e / ou carga horária do professor, culminando em demissões dos mais antigos e dos próximos da aposentadoria ou, ainda, culminando em pedidos de demissão, uma vez que o professor encontra-se pressionado e passa a sentir-se “convidado” ao desligamento; pela junção de turmas até mesmo de diferentes cursos, ainda que em momentos mais avançados da formação, o que eleva sobremaneira o número de alunos em uma mesma sala de aula; pela hipervalorização do ensino tecnológico superior com turmas de até 70 alunos e menos professores contratados; assim como pela chamada modularização dos currículos de graduação, nem sempre cuidadosamente pensada e que permite a junção dos antigos períodos de curso, passando-se por cima ou eliminando-se mesmo a necessidade de pré-requisitos de aprendizagem nos cursos em geral.

Pode-se observar, ainda, em alguns ambientes acadêmicos particulares, a formalização e veiculação da diretriz de que caberá, em última análise, ao docente, a manutenção ou não de determinadas turmas em funcionamento ou a condição de assegurar seu plus de remuneração – quando ministrando, por exemplo, cursos de extensão - com o número de alunos que justifique a abertura ou a manutenção de turmas, numa clara consideração e valorização da relação custo-benefício para isso, ampliando e trazendo para o âmbito da Educação essa relação tipicamente empresarial. Neste ponto, cabe também ressaltar a inversão e o equívoco que aquela diretriz provoca nos princípios originais e essenciais da concessão de remuneração variável, que deveria prender-se ao desempenho diferenciado do profes-

sor e não a fatores que antecedem a aprendizagem dos alunos, como a força de captação destes últimos.

O objetivo principal do “negócio educacional” parece, assim, configurar-se pelo frenético crescimento / expansão institucional sem prospecções de longo prazo, sempre com a abertura de novos e diversificados cursos em todos os níveis de formação ofertados, mesmo que esses cursos não venham a ser mantidos na linha do tempo. Da mesma forma ou na mesma proporção, faz-se das estratégias de inclusão social ao ensino superior, uma constante e aleatória atração de alunos, ainda que isso se torne mais adiante um processo perverso e inverso de efetiva exclusão, distorcendo-se assim a intenção original de inserção social e verdadeira democratização da Educação.

A intenção de profissionalizar a gestão das Escolas de Ensino Superior é salutar e necessária, mas a organização do processo de trabalho acadêmico mais amplo que está, supostamente, determinada pelo neocapitalismo mais avançado, parece ir muito além, gerando impactos merecedores de análise e, vale investigar dentro desta lógica, como fica o lugar da prática docente, como fica sua condição geral – incluindo especialmente a saúde - e como fica a identidade do professor e educador, sua autonomia e a centralidade do seu trabalho. O tratamento secundário que parece hoje dispensado à maioria dos educadores nas escolas superiores privadas, sem possibilitar-lhe efetiva oportunidade de dedicação em tempo mais integral de trabalho (exceto a poucos) e de efetivo investimento em seu desenvolvimento, soma-se àquelas ações de “otimização” (em linguagem administrativa) ou redução de custos e passa a assegurar uma valorização menos secundária daqueles que estão à frente da gestão administrativa, da gestão acadêmica e de quem mais

possa ser facilmente cooptado¹ a cada momento e o tempo todo, subordinando-se ao interesse do capital. Para estes, pelo menos naquelas escolas privadas que vencem a batalha da competição a qualquer custo e por quaisquer meios, o tratamento e o ambiente parecem caracterizar-se como os de uma empresa típica, com políticas e ações de gestão de pessoas integrando privilégios e benefícios com os quais o docente não conta e não contará, ainda que considerado a priori, para a sociedade, o profissional-chave dessas instituições.

Apple (1989 apud FIDALGO, FARIA e MENDES, 2008, p. 63) refere o caráter ambíguo da constituição docente, bem como sua localização contraditória na estrutura de classes, uma vez que “pode ser percebido e enquadrado como pequeno burguês e ao mesmo tempo no conjunto da classe operária”. Diante daquele contexto, lugar e tratamento, estaria o professor incorporando muito mais o papel de um operário do saber / conhecimento, que qualquer outro? Deste lugar, portanto, hoje supostamente desprivilegiado e frágil, o docente poderá adoecer e sofrer física e psiquicamente? Ter sua identidade secular em processo de transformação de qual natureza? O real da atividade, na concepção de Clot (2008), revelaria quais dimensões suspensas ou “amputadas” na atividade docente, naquele cenário? De qual outro lugar e em quais circunstâncias, poderia ele próprio, construir ou reconstruir o seu poder de agir sobre sua subjetividade, sobre a organização do “seu” processo de trabalho e sobre a contemporaneidade social, política e econômica que dá contorno global à sua práxis ?

É sabido que a tarefa de realizar a análise do processo de trabalho, qualquer que seja este trabalho, constitui-se complexa por exi-

gir compreensão a partir da interação de múltiplos enfoques ou “olhares” dos campos do saber. A análise do processo de trabalho docente, pela sua singularidade e densidade face ao seu objetivo último e face às variadas relações sociais que o mesmo envolve, constrói e reconstrói continuamente; mais complexa ainda deve apresentar-se. Educação não deveria ser percebida e praticada como mercadoria e, de outro lado, se vista como serviço, impor-se-ia ao menos, tratar-se e compreender-se um serviço muito especial e suficientemente dissociado das concepções capitalista e neocapitalista de serviço. Mas seria isso realmente possível, no mundo contemporâneo do trabalho e da transformação do ensino superior privado em empreendimento rentável?

Uma busca atenta nas fontes de informação e divulgação de estudos nessa área permite observar e concluir que a produção científica sobre a docência no ensino superior privado e a organização contemporânea do seu processo de trabalho com impactos para a saúde, mantém-se incipiente. É possível constatar que grande parte dos estudos em torno do estresse ocupacional docente - para dar exemplo de um tema de pesquisa - resvalam muitas vezes para a consideração da sobrecarga ou intensificação desse trabalho, bem como para a identificação das consequências da introdução de novas tecnologias educacionais, desconsiderando-se assim, outras dimensões ou não se aprofundando a compreensão de outras dimensões relacionadas ao capital.

Breve fundamentação teórica

Davezies (1999) examina a evolução da organização do trabalho à luz dos prejuízos

¹ O termo “cooptado”, segundo autores em comportamento organizacional e na literatura de Administração, sugere a condição em que há uma mistura de manipulação com participação. Cooptar, para exemplificar, relaciona-se à tentativa de “conquistar” os líderes dos grupos de resistência, oferecendo-lhes papéis-chave nas decisões sobre mudanças e buscando-se a opinião dos mesmos não porque isso irá resultar em uma decisão melhor, mas apenas com o fim de obter-se aquiescência.

à saúde, considerando que três tipos de agressões (ação direta dos danos físico-químicos, o hábito inapropriado ou excessivo de homens e mulheres no trabalho e os prejuízos à dignidade e autoestima) estão relacionados à evolução dos conteúdos do trabalho e à transformação dos seus modos de gestão. O surgimento das novas tecnologias e os novos modos de organização do trabalho que as acompanharam, segundo esse autor, tornam os sistemas de produção mais frágeis, mais vulneráveis, a ponto de impor uma intensa mobilização do pessoal para fazer face ao que se pode chamar de “os caprichos do fluxo” (DAVEZIES, 1999 apud Clot, Rocheix, Schwartz, 1990, p. 93). Segundo Davezies (1999) para inúmeras situações, o ritmo das renovações tecnológicas, por exemplo, condenam as pessoas que trabalham à condição de eternos iniciantes, sem contar que a invasão da vida privada passa a ser reforçada pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, que permitem, por exemplo, planejar ou terminar o trabalho em casa.

Para Davezies (1999) as evoluções da organização do trabalho tornam inacessível a um grande número de trabalhadores fazer um trabalho agradável no sentido de um trabalho, segundo outros autores, bem feito, eficaz e eficiente, mas ao mesmo tempo “econômico” e onde pudessem colocar deles próprios no mesmo, atribuindo-lhe significado e valor também mais pessoais. Para este autor, esse conflito aparece constantemente no discurso dos trabalhadores, vítimas de patologias de hipersolicitação, ocorrendo que a experiência clínica mostra que a perturbação vai mais longe, evidenciando que esses trabalhadores não dispõem mais dos critérios que permitiriam a eles discernir se o que eles fazem é bom ou não, tornando-lhes difícil distinguir o que é verdadeiro e o que é falso, o que é útil e o que é inútil, o que é justo e o que é injusto, o que é sincero e o que é estratégico. Há inclusive, ressalta aque-

le mesmo autor, uma dissolução dos critérios coletivos de julgamento. Ao se observar as exigências do trabalho, “um número de decisões da organização parecem absurdas e, em certos casos, a desorientação é tal que os planos, eles mesmos, não são mais capazes de explicar a lógica das diferentes reformas de estrutura” (DAVEZIES, 1999, p.102). Certamente vale ressaltar que quanto maior o porte e mais diversificado o contexto de trabalho, maiores são as possibilidades, mas também impedimentos e imprevistos.

Alguns estudiosos do processo de evolução do modo de produção capitalista, apontam para contradições do paradigma pós-fordismo decorrente da emergência de um regime de acumulação globalizado, bem como sinalizam que as novas e consequentes abordagens de organização do trabalho apresentam fundamentos e preceitos muito semelhantes aos da lógica taylorista, em sua essência. Dessa forma, segundo pesquisadores, o novo sistema de produção parece exigir ainda mais do trabalhador e, de modo paradoxal, sob um discurso “vestido” da necessidade de adoção de uma base tecnológica aliada à organização do trabalho em equipe, produção integrada de resultados e aprendizado.

Chasin (2001, p.75) afirmou que “o neoliberalismo e a globalização como ideologias estão mortos..(Reagan / Thatcher) mas a globalização é imperecível como lógica do capital”. “O processo de instauração da economia globalizada, tal como ocorreu nas etapas precedentes, mas de maneira especialmente aguda e profunda, é um tempo gerador de enormes problemas e graves tensões” (CHASIN, 2001, p.75). Assim, observa que ao mesmo tempo em que os mecanismos da globalização, por um lado, introduzem e favorecem inovações técnicas, de outra face, parece fragilizar e desfortalecer, por exemplo, as organizações dos trabalhadores. Embora se possa falar de um crescimento dos

movimentos sociais e dos trabalhadores pelo direito à diferença, essa se torna, no entanto, valor para o capital. Segundo Lima (2002 apud ALVES, 1999, p.117) “não é a pessoa do capitalista que se apropria do trabalho de outrem, mas o próprio capital por meio dele”.

Para Bernardes (2007, p. 85) “o novo modo de organização social, do valor nos sujeitos singulares e suas subjetividades, pode causar sérios impactos sobre a organização e mobilização dos coletivos, sobre a saúde do trabalhador e aprofundar ainda mais a solidão humana”. Para a autora, a psicologia na perspectiva sócio-histórica, é parte de um amplo movimento de reconhecimento do valor da diferença, mas “contraditoriamente aprisionado pelo capital, que, ao admitir o valor da diferença, faz de sua expressão um padrão de resposta ao novo perfil de trabalhador, instaurando a padronização da diferença”. Assim, aquela valorização poderá constituir-se tanto libertária quanto alienante, conclui. Se alienante, certamente a saúde psíquica daqueles que trabalham estará implicada, exigindo compreensão e ações práticas que visem à manutenção da saúde o mais possível e em níveis humanos aceitáveis.

Bock, Furtado e Teixeira (2008, p.141) afirmam que “a subjetividade surge do contato entre os homens e do homem com a natureza, isto é, esse mundo interno que possuímos e suas expressões são construídas nas relações sociais”, sendo o mundo objetivo fator constitutivo e não fator de influência para o desenvolvimento dessa subjetividade. Acrescentam que o homem constrói o seu mundo interno na medida em que atua e transforma o mundo externo, concluindo em seguida, que mundo interno e externo são

imbricados. Desde o advento da Psicologia Sócio-Histórica com Vygotsky, que passou a influenciar, no Brasil, tanto a Psicologia Social quanto a Psicologia da Educação nos anos 80, defende-se a compreensão de uma subjetividade concreta como objeto de estudo da Psicologia que acolhe a diferença. Como tendência contemporânea, a psicologia concreta, ao tentar estudar o homem concreto, prende-se ao plano do drama humano (que não se confunde com vida interior) do homem tomado em sua totalidade, segundo Chasin (2001). Para Politzer (2004, p.188) “a psicologia concreta representa a verdadeira síntese entre a psicologia objetiva e a psicologia subjetiva”.

Ao abordar o trabalho na perspectiva marxista, Leda (2006) considera que “o processo de exploração a que está submetida historicamente a classe trabalhadora, ganha mais perversidade nos marcos da acumulação flexível²”. Para ela, exploração essa que se encontra capitaneada pela classe burguesa transnacional, detentora do capital financeiro mundializado e que tem organismos internacionais específicos como principais gerenciadores desse processo.

Foi a relação com o trabalho que mudou profundamente. Ele é daqui para frente vivido por muitos como inquietação. O medo de perder o emprego predomina [...] Mas, é ainda sobre o trabalho, quer se o tenha, quer este falte, quer seja precário ou garantido, que continua a desenvolver-se, hoje em dia, o destino da grande maioria dos atores sociais (CASTEL, 1998, p.157 apud LEDA, 2006, p.1).

Laranjo (2008), embora focando apenas a informatização das escolas em sua análise

² A acumulação flexível refere-se ao modo de organização e gestão do trabalho que substituiu com supremacia o modo de organização e gestão preconizado pelo taylorismo e fordismo do início do século XX, que ainda co-existe com aquele.

do processo de trabalho docente, afirma que o mundo do trabalho e o setor produtivo vêm sofrendo, especialmente a partir da década de 1980, transformações mundiais que acarretam impactos e novos desafios para a área educacional e que o Brasil, embora defasado em ciência e tecnologia, também integra esse processo. Para este autor, a maioria dos discursos e propostas de ação dos rumos da política educacional brasileira tem como objetos privilegiados, fatores como a globalização, a reestruturação produtiva, as novas tecnologias da informação e comunicação (CASTELLS, 2005 apud LARANJO, 2008, p.184-185). Ressalta que “nunca os professores foram tão sobrecarregados, culpados e maltratados”, além de diminuídos em seu papel social e em sua capacidade de intervenção.

Segundo Lima (2008), remetendo a estudos realizados, o mundo contemporâneo do trabalho é regido por complexidades micro e macroambientais, instabilidades e paradoxos de toda ordem, podendo-se afirmar que o trabalho - qualquer que seja sua natureza e forma – constitui-se fator que “oportuniza” e influencia em graus variados e de modo significativo, a saúde das pessoas. Cabe esclarecer e ressaltar, no entanto, que não parece ser o trabalho em si ou o trabalho direta e intrinsecamente, o desencadeador de sofrimento e da deterioração da saúde psíquica, de acordo com Clot (2007). Possivelmente, ocorre a combinação, de um lado, de fatores relacionados à forma como o processo do trabalho é organizado levando-se em consideração aquela complexidade micro e macroambiental e, de outro, fatores da subjetividade ligada a este mesmo trabalho e amalgamada ao seu processo.

O gênero social do trabalho e o estilo pessoal de ação envolvido são considerados na abordagem da atividade do trabalho, defendida por Clot (2008) e que reconstrói o conceito de atividade para além da atividade

prescrita e da atividade realizada, levando a uma compreensão mais ampla e também mais profunda e significativa da atividade do trabalho. Assim, nessa reconceituação, não despreza as dimensões tanto subjetivas quanto coletivas em sua abordagem, assumindo a filiação à escola russa de Vygotsky, em princípio. Para Clot (2008), além da atividade prescrita e daquela outra que é efetivamente realizada em face do que é prescrito, há ainda a ser elucidado e compreendido o que ele denomina de real da atividade do trabalho, que caracterizar-se-á também pelo que é suspenso, contrariado, impedido ou “amputado” na atividade.

Para Clot (2007) a função psicológica do trabalho constitui-se simultaneamente atividade de conservação e de transmissão e atividade de invenção e de renovação, postulando que cada um de nós se vê simultaneamente como sujeito e como objeto de um e de outro processo (conservação e invenção) por meio de suas próprias atividades, mas no interior da divisão do trabalho. Cabe enfatizar: mas no interior da divisão do trabalho. Assim, o processo de transformar o trabalho em trabalho “para si” mostrar-se-á árduo e complexo (CLOT, 2007).

Figueiredo, Sol e Moura (2006) ao fazerem uma revisão em torno do tema da saúde dos professores, constatam que na Espanha e em países como a Suécia, França, Reino Unido e outros, já foi possível evidenciar mudanças no perfil docente e nas exigências pessoais e do meio em relação à eficácia de sua atividade, decorrentes das modificações no contexto social das últimas décadas. Referem um mal estar docente e apontam um espaço de tensão entre o ideal da função de professor e as condições que o mercado lhe impõe, o que leva ao stress e pressiona para baixo a eficácia do seu desempenho (ESTEVE, 1997 apud FIGUEIREDO, SOL e MOURA, 2006, p.158). No Brasil, referem, que o tema começa a ser pesquisado, já sen-

do possível observar-se um processo de adoecimento e mostrar-se

como as contradições e as convergências entre os objetivos globais do ensino e as metas preconizadas pelas constantes e recentes reformas estruturais do sistema de ensino se expressam nas atuais formas de organização e administração do trabalho docente e seus efeitos sobre a saúde dos professores (FIGUEIREDO, SOL e MOURA, 2006, p. 159).

Assunção (2003 apud FIGUEIREDO, SOL e MOURA, 2006, p.159) ao focar as condições de trabalho docente e diante do exposto, afirmam que o único elemento de ajuste é o próprio trabalhador, mas não sem o ônus de um “sobre esforço vocal, de investimentos pessoais para sua formação e de restrição de seu tempo livre para a criação de estratégias pedagógicas que compensem a falta de infraestrutura mínima de trabalho”, o que resulta nas queixas de cansaço, nos distúrbios psíquicos menores e nos afastamentos do trabalho por transtornos mentais propriamente ditos.

Retomando Davezies (2006), o trabalhador não se limita ao produtor, devendo ser considerado, em sua atividade, sujeito ético e cidadão. Para ele, “é a desarticulação dessas dimensões que causam o sofrimento. Segundo a feliz expressão de um sindicalista, para esse autor, trata-se de um sofrimento à altura da consciência profissional” (www.cnam.fr). Assim, lembra um dos desafios da evolução do sindicalismo, qual seja, promover o aprofundamento da democracia que, em princípio, demandariam as novas formas de organização do trabalho.

Uma pesquisa entre o período de 2007 a fevereiro de 2009, de cuja amostra de respondentes 31,80% eram professores no ensino superior privado, realizada pelo

SINPRO-MG (Sindicato dos professores de Minas Gerais) em parceria com o Ministério do Trabalho por meio da FUNDACENTRO, com a FITEE (Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e com o SAAE-MG (Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar) revelou alguns resultados dignos de análise posterior em profundidade. A investigação, que prendeu-se ao trabalho e aos agravos à saúde dos professores da rede privada de ensino de Minas Gerais, cercou entre outros dados, que uma maioria expressiva (93,65%) alegou sofrer com sintomas de cansaço físico e mental. Entre os fatores que revelaram maior índice de desgaste para o professor e fatores responsáveis por um “ambiente ameaçador”, estão: a relação com os próprios alunos (40,25%) no primeiro caso, e a pressão para cumprimento de prazos (82,58%), a diminuição ou aumento de carga horária (73,6%) e as mudanças de disciplina ou de área de trabalho (47,52%) no segundo caso.

Segundo Lima (2008) um dos objetivos principais dos países desenvolvidos é a promoção da saúde em seu sentido amplo. Esta não pode ser entendida, no entanto, como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, uma vez que esse estado não existe, constituindo-se mais um ideal ou uma ficção do que uma realidade (LIMA, 2008 apud DEJOURS, 1993). A saúde deve ser entendida, portanto, segundo Dejours, como um objetivo mais do que como um estado, pois será, a partir dessa perspectiva, que poderão ser desenvolvidas ações de sua manutenção, de sua prevenção de riscos e de sua conquista. Para Canguilhem (2009, p. 151) “o homem só se sente em boa saúde – quando se sente mais do que normal, isto é, não apenas adaptado ao meio e às exigências, mas também, normativo³, capaz de seguir novas normas de vida”. Prossegue: “a saúde é uma maneira de abordar a existência com

³ Ser normativo no sentido de transformar normas. Assim, o doente está doente por acomodação às normas e, instalar-se na patologia, equivale a um “sentimento de vida contrariado”.

uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais”.

Assim sendo, a saúde não pressupõe a ausência de doença, não sendo o oposto desta. A vida estará sempre aquém de suas possibilidades, ou seja, há mais do que normalidade, há normatividade. “O homem está pleno a cada minuto de possibilidades não realizadas” (VYGOTSKY, 2003 apud CLOT, 2008, p.170). Para Clot (2007) há uma dupla significação da função psicológica do trabalho: indissociavelmente trabalho sobre si e trabalho no mundo dos outros e das coisas. Na saúde e no poder de agir, a ação potencializada poderá se concretizar, então, sobre si e sobre o mundo, o que somente se viabilizará com os outros.

Conhecer e reconhecer quais impactos a organização contemporânea do processo de trabalho docente provoca sobre a saúde do professor / educador do ensino superior privado e que reflexões atuais suscitam e decorrem, ao mesmo tempo, deste tema, torna-se uma questão central, devendo-se buscar não respostas acabadas e conclusões inquestionáveis, mas fundamentos para o poder de agir docente. Assim, relevante se fará, aprofundar a análise do trabalho docente, a nova relação do professor com o trabalho, com o seu significado ou ausência de significado, seu processo e sua realização, tendo em vista a natureza das Relações de Trabalho⁴ dentro da lógica da reestruturação capitalista e fatores que envolvem o atual cenário social, político e econômico mundial.

Referências

ALVES, Antônio José Lopes. A forma moderna da individualidade. In: A individualidade nos Grundrisse de Karl Marx, 1999, 151 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufmg, Belo Horizonte, 1999.

BERNARDES, Lúcia Helena Garcia. Subjetividade – um objeto para uma psicologia comprometida com o social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias – uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. Trad. Maria Tereza Redig de Carvalho Barrocas. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CASTELLS, M. A sociedade em rede: a era da informação economia, sociedade e cultura. Trad. Roneide Venâncio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 1 v.

CASTEL, R. As metamorfoses do trabalho. In: FIORI, J. L.; LOURENÇO, M. S.; NORONHA, J.C. (Orgs.) Globalização: o fato e o mito. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, p.147-163.

CHASIN, José. Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista. In: Ensaio Ad Hominem, Tomo I, Marxismo. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.

⁴ O termo Relações de Trabalho, na literatura de Administração de Recursos Humanos, não se confunde com relações no trabalho (relações interpessoais) por refletir a relação capital e trabalho, mais abrangente e que envolve mediações e negociações entre aqueles que detêm o capital e aqueles que trabalham.

CLOT, Yves. L'activité: problèmes et concepts – Clinique de l'activité et psychopathologie du travail. In: Travail et pouvoir d'agir. Paris: Presses Universitaires de France, 2008. p. 85-100.

_____. Genres professionnels et styles de l'action. In: Travail et pouvoir d'agir. Paris: Presses Universitaires de France, 2008. p. 101-133.

_____. A função psicológica do trabalho. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

DAVEZIES, Philippe. Evolution des organisations du travail et atteintes à la santé. Travailler, 1999, 3 : 87-114.

ou disponível em: <http://www.cnam.fr/psychanalyse/recherche/revue/textedavezies3.pdf>

_____. Activité, subjectivité, santé. In: THÉRY, Laurence. Le travail intenable, La Découvert, Paris, 2006. ou disponível em: http://www.alencontre.org/print/SanteTravC05_07.html. Acesso em: 04.09.09.

DAVEZIES, Philippe; DEVEAUX, Annie e TORRES, Christian. Repères pour une clinique médicale du travail, 2006. (Archives des Maladies Professionnelles et de l'Environnement).

ou disponível em: http://www.alencontre.org/print/SanteTravC05_07.html. Acesso em: 04.09.09.

FIDALGO, Fernando S.R.; Faria, Lidiane Xavier de; Mendes, Eliandra da Costa. Profissionalização Docente e Relações de Trabalho. Revista Extra-Classe. Belo Horizonte: SINPRO-MG, vol. 2, n. 1, p. 60-73, agosto-2008.

FIGUEIREDO Adriana Maria de; SOL, Núncio Antônio de Araújo e MOURA, Patrícia Rosânia de Sá. Saúde do professor em uma perspectiva interdisciplinar. In: FIGUEIREDO, Adriana Maria de (org.) Professor, Profissão em 3 Tempos: Gênero, Saúde e Saber Docente. Ouro Preto: Editora UFOP, 2006.

LIMA, M. Elisabeth Antunes. A gestão da subjetividade no contexto das informações

tecnológicas. In: NETO, Fuad Kyrrillos; OLIVEIRA, Rodrigo Tôrres e SILVA, Rogério de Oliveira (Org.). Subjetividade(s) e sociedade: contribuições da Psicologia. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia, 2009.

_____. Trabalho e identidade: uma reflexão à luz do debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. Educação & Tecnologia, v. 12, p. 5-9, 2008.

_____. A Polêmica em Torno do Nexo Causal Entre Distúrbio Mental e Trabalho. Psicologia em Revista, Belo Horizonte MG, v. 10, n. dez, p. 82-91, 2003.

_____. Os sentidos trans-histórico e histórico do trabalho e sua importância para o psicólogo. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

_____. Novas políticas de Recursos Humanos: seus impactos na subjetividade e nas relações de trabalho. RAE. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 34, n. 03, p. 115-124, 1994.

LIMA, Lúcia Maria Almendra Correia. O sofrimento psíquico e as psicopatologias laborais em face das novas Relações de Trabalho – Uma abordagem introdutória. Revista de Economia, Administração e Turismo. v.13, nº 2, 2008.

LARANJO, Jaqueline de Castro. Informatização das Escolas: uma análise do impacto das tecnologias da Informação e Comunicação sobre o trabalho docente. SINPRO-MG, Revista Extra-Classe, n.1, vol. 2, agosto, 2008.

LEDA, Denise Bessa. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. In: JR, J. R. Silva, OLIVEIRA, J. F. e MANCEBO, D. (orgs.). Reforma universitária. Dimensões e perspectivas. Campinas: Ed. Alínea, 2006.

POLITZER, Georges. Crítica dos Fundamentos da Psicologia: a psicologia e a psicanálise. 2. ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2004.

